



PARECER PRÉVIO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2033/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manacapuru

4- Exercício: 2010

5- Responsável: Edson Bastos Bessa (Prefeito Municipal)
Jaziel Nunes de Alencar (Prefeito Municipal)
Angelus Cruz Figueira (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Simone Rosado Maia Mendes - OAB/PI - 4550 OAB/AM - A666, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4.177, Luiz Antônio de Araújo Cruz - OAB/AM Nº 8.611, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM Nº 4.447, Fabricia Tatiele Cardoso dos Santos - OAB/AM Nº 8.446, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM N. 8243, Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM n.º 10.416 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM Nº 9.221

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: deligência nº 274/2018 - DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Manacapuru, referente ao exercício de 2010, sob responsabilidade do **Sr. Edson Bastos Bessa**, Prefeito e Ordenador de Despesas do período de **1/1/2010 à 13/4/2010**, à época, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;

10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Manacapuru, sob responsabilidade do **Sr. Jaziel Nunes de**



PARECER PRÉVIO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Alencar, Prefeito e Ordenador de Despesas do período de **14/4/2010** à **20/4/2010**, à época, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;

- 10.3. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Manacapuru, sob responsabilidade do **Sr. Angelus Cruz Figueira**, Prefeito e Ordenador de Despesas do período de **21/4/2010** à **31/12/2010**, à época, nos termos do art. 1º, I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 2033/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manacapuru
- 4- **Exercício:** 2010
- 5- **Responsável:** Edson Bastos Bessa (Ordenador de Despesa), Jaziel Nunes de Alencar (Ordenador de Despesa), Angelus Cruz Figueira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Simone Rosado Maia Mendes - OAB/PI - 4550 OAB/AM - A666, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4.177, Luiz Antônio de Araújo Cruz - OAB/AM Nº 8.611, Patrícia Gomes de Abreu - OAB/AM Nº 4.447, Fabricia Tatiele Cardoso dos Santos - OAB/AM Nº 8.446, Adrimar Freitas de Siqueira - OAB/AM N. 8243, Énia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM n.º 10.416 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM Nº 9.221
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 218580.30042018.0, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Manacapuru. Exercício de 2010.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manacapuru, referente ao exercício de 2010, sob responsabilidade do **Sr. Edson Bastos Bessa**, Prefeito e Ordenador de Despesas do período de **1/1/2010 à 13/4/2010**, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Edson Bastos Bessa**, prefeito e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelo atraso nos meses de janeiro e fevereiro para o encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis, totalizando o montante de **R\$ 2.192,06**



ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

(dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), item 3 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Edson Bastos Bessa**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 17 e 18 subitens b e c da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manacapuru**, referente ao exercício de 2010, sob responsabilidade do **Sr. Jaziel Nunes de Alencar**, Prefeito e Ordenador de Despesas do período de **14/4/2010 à 20/4/2010**, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, "a", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação;

- 10.5. Considerar em Alcance o Sr. Jaziel Nunes de Alencar**, Gestor e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Manacapuru, no valor de **R\$15.596,09** (quinze mil, quinhentos e noventa e seis reais e nove centavos), por deixar de demonstrar o bom e regular uso do



ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

dinheiro público, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, itens 21 e 22 da fundamentação do relatório /voto. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manacapuru, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Jaziel Nunes de Alencar**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado danos ao erário, itens 21 e 22 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Jaziel Nunes de Alencar**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, item 20 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.8. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Manacapuru, referente ao exercício de 2010, sob responsabilidade do **Sr. Angelus Cruz Figueira**, Prefeito e Ordenador de Despesas do período de **21/4/2010 à 31/12/2010**, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 1, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação;
- 10.9. Considerar em Alcance o Sr. Angelus Cruz Figueira**, Gestor e Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Manacapuru, no valor de **R\$ 249.504,05** (duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quatro reais e cinco centavos), por deixar de demonstrar o bom e regular uso do dinheiro público, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, assim discriminados:
- 10.9.1.** Valor de **R\$ 190.009,05** (cento e noventa mil nove reais e cinco centavos), referente ao saldo na conta 283.145 não registrado no Balanço Financeiro e nas contas 00012.051 BB e 00005.983 BB por saldo registrado no Balanço Financeiro, mas, sem suporte de probatório do Extrato Bancário, conforme item 40 da fundamentação do relatório voto.
- 10.9.2.** Valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), referente as 20 mil fichas funcionais adquiridas sem justificativas, conforme item 57 da fundamentação do relatório/ voto.
- 10.9.3.** Valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais), referente à Capa para Processo, papel 240 adquiridos sem justificativas, conforme item 57 da fundamentação do relatório/voto.
- 10.9.4.** Valor de **R\$ 9.495,00** (nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), referente a quantias pagas a servidores indevidamente, conforme item 68 da fundamentação do relatório/voto.
- 10.9.5.** Os valores deverão ser recolhidos, no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manacapuru, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 10.10 Aplicar Multa ao Sr. Angelus Cruz Figueira**, prefeito e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, relacionado ao encaminhamento da Prestação de Contas, referente ao exercício de 2010, em forma de balanço geral, no dia 04/04/2011, portanto, fora do prazo estabelecido no art. 20, I, da Lei Complementar n.º 06/91 c/c o art. 29, §1º,



ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

da Lei 2.423/96, item 36 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.11 Aplicar Multa ao Sr. Angelus Cruz Figueira**, prefeito e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de março, abril, julho a dezembro (8 meses), totalizando o montante de **R\$ 8.768,24** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), item 37 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.12 Aplicar Multa ao Sr. Angelus Cruz Figueira**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por atos ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado danos ao erário, itens 40, 57 e 68 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.13 Aplicar Multa ao Sr. Angelus Cruz Figueira, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 35, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 71, 81.1, 82.1 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.14 Recomendar à Prefeitura Municipal de Manacapuru:

10.14.1. Respeitar o quantitativo de vagas fixado na Lei Municipal nº 087/03, se vigente, destinados a profissionais de saúde de nível superior, item 13 da fundamentação;

10.14.2. Criar norma jurídica que atenda o disposto no art. 63 da Lei Municipal nº 087/2003, item 15 da fundamentação;

10.14.3. Cumprir os prazos de repasses das contribuições previdenciárias devidas ao regime próprio de previdência social, itens 16, 69 e 70 da fundamentação;

10.14.4. Implantar controle interno no Município de Manacapuru, item 35 da fundamentação;

10.14.5. Fazer uma acurada revisão no Balanço Geral da Prefeitura de Manacapuru referente ao exercício de 2010, para correção das impropriedades detectadas pela Comissão de Inspeção, item 44 da fundamentação;

10.14.6. Em futuros processos licitatórios, anexar pesquisa de mercado, para assim, ser aferida a economicidade dos gastos públicos, item 56 da fundamentação.

10.14.7. Cumprir o quantitativo de vagas fixado na Lei Municipal nº 087/03, se vigente; e se for o caso promover, obedecendo-se os



ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

ditames legais, a alteração da referida lei, itens 12, 62 e 63 da fundamentação;

10.14.8. Cumprir o quantitativo de vagas de cargos públicos comissionados criados por lei, item 65, da fundamentação;

10.14.9. Respeitar os princípios que regem a Administração Pública, notadamente a moralidade, e a Súmula Vinculante nº 13, item 71 da fundamentação;

10.14.10. Enviar corretamente as informações relacionadas ao Comparativo da Receita Prevista com a Receita Arrecadada ao Fundo Nacional de Saúde, item 72 da fundamentação;

10.14.11 Adotar a padronização imposta pelo Manual da Receita Nacional-Portaria STN/SOF nº 3/2008, item 73 da fundamentação;

10.14.12. Verificar a observância do prazo para entrega das obras, item 75 da fundamentação;

10.14.13. Cumprir as recomendações elencadas pelo Órgão Técnico em vistoria *in loco*, itens 74, 76, 77, 78, 79 e 80 da fundamentação.

10.15 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno-SEPLENO, que comunique o Ministério Público Estadual, encaminhando-lhe cópia do processo, para que apure os possíveis atos de improbidade administrativa dos itens 6, 16, 45, 61, 69 e 70 da fundamentação do Voto;

10.16 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno-SEPLENO, que informe o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), encaminhando-lhe cópia do processo, as apurações dos valores apontados pelo Órgão Instrutor, conforme itens 69 e 70 da fundamentação do Voto.

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 10

ACÓRDÃO Nº 65/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 65/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 7EDC18DF-53A98D63-98FE54F0-1CFDD706